

IDEIAS & DEBATES

Entrevista **Alexandra Carita**
Fotografia **Alberto Frias**

A Bienal de Arquitetura de Veneza já está a acontecer em Portugal. Seis grupos de trabalho estão a levar a cabo seis projetos de intervenção na sociedade no domínio da habitação. Pedro Campos Costa, o comissário da representação portuguesa, explica de que forma e com que objetivos esses processos são importantes para a arquitetura de hoje e para o país. Deles dará conta o jornal “Homeland — News from Portugal”, o dispositivo expositivo que o arquiteto escolheu para levar a Veneza.

Como é que define a arquitetura? A disciplina da arquitetura é o território, e a arquitetura é um envolvimento com esse território e com a sociedade. Daí eu considerar que houve momentos nestes últimos 100 anos em que a arquitetura esteve muito fechada em relação à sociedade e ao território e outras vezes mais aberta. Estamos num período em que está fechada a tudo isso e necessita urgentemente de se abrir outra vez.

O que significa esse fechamento? A arquitetura hoje em dia vive numa espécie de castelo. **Quer dizer que vive mais da teoria do que da prática?** Quer dizer que vive isolada, à parte da sociedade.

Não se adapta à sociedade, não responde às suas necessidades? Não responde, não. Se respondesse, não teríamos periferias como temos, não teríamos só 2% da arquitetura desenhada por arquitetos, não teríamos 20 mil arquitetos na Ordem e tão poucos a trabalhar, não teríamos um mercado em autogestão, não teríamos a indústria de costas viradas para a arquitetura. Hoje, o arquiteto está empurrado para a função apenas da escolha de materiais, escolha e assemblagem de coisas mais do que desenho dessas coisas, portas, janelas, etc. Penso que é isso que Rem Koolhaas quer muito para esta Bienal de Veneza; quer que olhemos para o que já fizemos e para a evolução da sociedade e a perda da relação tão interessante que tínhamos com ela.

Rem Koolhaas defende como tema da Bienal o essencial da arquitetura. O que é para si o essencial? A habitação, que é o que ele diz. Eu aproveitei para olhar a habitação nos últimos 100 anos, o que significa que acho que responder à sociedade é a questão essencial da arquitetura. Preparei esta participação tendo a habitação como elemento essencial da construção de uma cidade e como aquilo que mostra quem lá habita e como o faz.



PEDRO CAMPOS COSTA

Pela primeira vez na história da nossa representação na Bienal de Arquitetura de Veneza, Portugal não apresenta nenhum pavilhão. “Homeland — News from Portugal”, um jornal com três edições, será distribuído aos visitantes, para que leiam as notícias sobre os seis projetos habitacionais que vários grupos de trabalho estão a realizar em seis cidades do país

VENEZA EM PORTUGAL

Já estamos então mais próximos do diálogo com a sociedade do que quando falamos de um conceito tão lato como o território? Não. A nossa disciplina é o território, e não é um conceito abstrato. Há lá pessoas... O problema é que não podemos apenas aceitar fazer um lote e não o questionar, aceitar o programa e ponto final. Isso é uma forma muito

onanística de ver a arquitetura, é olhar demasiado para o umbigo. Mas ao longo da história não foi sempre assim. Houve imensos arquitetos que responderam muito bem às necessidades da sociedade.

Quer dar alguns exemplos? Todo o modernismo. Aliás, o movimento moderno, além de responder à sociedade, queria ir mais longe,



queria mudar a própria sociedade. Se calhar, foi esse o erro.

Não apenas respondendo mas também impondo? Exatamente. Esse é, acho eu, o grande crime dos modernos.

Como é que este conceito do território como prática do habitar se associa à representação da Bienal de Arquitetura de Veneza? Espero que de uma forma muito clara. O primeiro grande objetivo da Bienal de Veneza é usar o acontecimento para fazer projetos em Portugal. Daí que eu tenha escolhido seis cidades. Envolvi seis grupos de arquitetos com essas

cidades, para promoverem ativamente e para construírem um processo, um edifício, e encontrarem soluções para problemas específicos. Abrangi o país, porque este é um projeto da nação e não do Estado.

Daí o título do projeto, “Homeland”? Sim.

Que cidades e propostas são essas? Há duas a norte e quatro a sul. Começamos de cima para baixo. O Porto está associado à questão da transitoriedade. Cada vez mais a sociedade tem fluxos temporais, sejam eles de emigrantes, investigadores, estudantes ou resultado de necessidades económicas. O objetivo

é dar resposta a esta premissa da sociedade. A autarquia aceitou de imediato o desafio e explicou-nos que o maior problema do centro da cidade é o facto de os edifícios estarem vazios. Nós vamos tentar descobrir como é que se faz para resolver o problema. Esta tem de ser a postura dos arquitetos, não é esperar que alguém chegue com um programa. **A ideia é, pois, ocupar os edifícios vazios com esses fluxos temporais de habitantes?** A ideia é desenhar um sistema, mais do que uma casa. Por exemplo, na Holanda existe já um sistema destes. Não é permitido haver casas vazias, e ao fim de dois anos é legal ocupar uma casa. Há uma lista de casas desocupadas feita pelos proprietários, que as colocam numa bolsa organizada pelo governo, que promove também a existência de outra lista, desta feita de pessoas interessadas em habitar nessas casas desocupadas, com rendas baixíssimas. Isto para dizer que o que pretendemos é criar um sistema jurídico que possa servir a cidade do Porto e resolver este problema.

A próxima cidade será Matosinhos. O projeto para Matosinhos recai sobre o informal, ou seja, sobre as casas e bairros ilegais, construídos pelos próprios proprietários sem projeto. Há uma tendência ou um preconceito para os arquitetos se afastarem desse mundo, que deve ser construído com participação da sociedade que nele habita. Existe em Matosinhos um destes bairros, já com alguma estrutura, que se chama Monte de Xisto, uma encosta onde se construíram casas encavalitadas umas nas outras e que constitui o maior problema da Câmara Municipal, que olha para ele, porém, de uma forma positiva. Durante muito tempo achou-se que realojar era a solução, mas além de ser caro desestrutura as relações sociais e familiares e provoca problemas de guetização em bairros sociais e de criminalidade. A ideia do grupo é perceber como é que pode, como agente de mediação também com associações e juntas de freguesia, construir um processo participativo na arquitetura. Irão construir três ou quatro casas e um espaço público.

Vamos começar a descer pelo país. O que vai acontecer em Loures? Será um projeto muito interessante. A especulação imobiliária criou os subúrbios e o aparecimento de edifícios que não acabaram de se construir ou que foram abandonados. A arquitetura de cimento é difícil de recuperar, ao que se associam questões sociais e económicas — o construtor faliu e o banco não dá mais dinheiro, etc. Este grupo vai tentar reabilitar uma estrutura abandonada que se destinava a escritórios

IDEIAS & DEBATES

e transformá-la num edifício de habitação.

E em Lisboa? Em Lisboa, o tema é como é que se pode reabilitar o centro da cidade. O projeto chama-se “Lisbon Skyline Operations”, e a ideia é usar os sótãos e as águas-furtadas dos prédios que estão abandonados ou pertencem ao condomínio e criar uma lei, um sistema, um processo que permita aos condóminos venderem esse telhado a pessoas, a investidores que queiram ter uma magnífica vista sobre a cidade, e depois esse dinheiro reverter exclusivamente para a reabilitação do edifício. Criar-se-á um *website* que funcionará como uma espécie de imobiliária que fará essas transações.

Logo abaixo, em Setúbal, qual é o projeto? Aí, o projeto dá pelo nome de “Building Intimacy” e tem como ideia base procurar como é que a intimidade, nomeadamente na habitação unifamiliar, deve criar novas perspetivas sobre o que pode ser o planeamento do território.

Já em Évora, vai à procura da ruralidade? Sim, nós fomos durante muitos anos um país rural, e o rural voltou à baila no mundo da arquitetura, porque há uma necessidade das pessoas, uma vontade nostálgica de voltar às raízes, ao campo, como se o rural fosse uma espécie de descanso, que não é. O rural é extremamente duro. A ideia é, pois, questionar o urbano no rural e nas estruturas agrícolas obsoletas que são os silos e reabilitar um celeiro numa dessas estruturas.

Como é que estes projetos todos podem ser apresentados na Bienal de Arquitetura de Veneza? A melhor maneira de o fazer é através de um jornal, ou seja, dando notícias do que se está a fazer em Portugal.



O jornal permite dar notícias destes processos em Veneza e passar a mensagem clara de que estamos a fazer coisas, a aproveitar a energia de Veneza para de facto construir em Portugal

Não é uma apresentação demasiado radical?

Não. É verdade que o jornal é um meio não muito usado como elemento expositivo.

Como surgiu essa ideia? Surgiu porque permite dar notícias destes processos em Veneza e passar a mensagem clara de que estamos a fazer coisas, a aproveitar a energia de Veneza para de facto construir em Portugal. Isto, sim, pode ser radical ou utópico, no sentido de que não é o dispositivo em si. Espero que a mensagem seja muito transparente e bem entendida — ela não é mais do que dizer que é possível construir, fazer coisas além de reestruturar e reorganizar.

Estas são as ideias novas para mostrar que a arquitetura tem trabalho? Sim. Mas existem mais ideias, não são só estas. Espero que algumas destas seis se concretizem mesmo.

O jornal vai ter mais artigos além das notícias sobre o andamento destes projetos? Vai, sim. Vai ter cronologias sobre a história da habitação em Portugal, vai ter cronologias temáticas sobre a evolução da habitação nestes sectores e vai ter também artigos de investigadores, arquitetos que já estudam e debatem estas temáticas.

Será um objeto cheio de colaborações, então? Sim, são aproximadamente 90 colaborações. E interessa-nos a própria linguagem de jornal, visto ser um projeto muito complexo e ela nos permitir fazer pequenas caixas e destaques dentro dos temas, ter várias secções e tudo o mais, ou seja, diversas perspetivas de um mesmo tema. E, além disso, diversos tempos: passado, presente, futuro. E vai ter publicidade, que é uma oportunidade para as empresas portuguesas de diferentes áreas poderem estar presentes na Bienal e divulgar os seus produtos.

Como é que o jornal vai ser distribuído? Vai ser distribuído por arduas e por quatro máquinas em que se carrega num botão e sai o jornal, que é gratuito. Serão 165 mil cópias e três números, um em junho, outro em agosto e outro em outubro.

Que expectativa tem em relação à receção do jornal? Desejo que os 165 mil exemplares, de facto, andem nas mãos dos visitantes da Bienal e que o pavilhão de Portugal ande nas mãos das pessoas. Isso sim.

A ideia de fazer um jornal para substituir o pavilhão de Portugal está relacionada com a limitação financeira que são os 150 mil euros disponibilizados pela Direção-Geral das Artes para esta representação? Os arquitetos trabalham com programas e é a eles que respondem. ▲

OS idiotas
de IDIOTS OF ANTS

RICARDO PERES ALDO LIMA JORGE MOURATO JOSÉ PEDRO GOMES

Teatro Sá da Bandeira 4, 5, 11 e 12 Abril

Bilhetes à venda WWW.TICKETLINE.SAPO.PT e nos locais habituais
Informações e Reservas Ligue 1820 (24h)

A UAU em associação com Stomp Productions e Urban Henderson Productions apresenta

STOMP

credit for Steve McMichael

CAE FIGUEIRA da FOZ
2 e 3 Abril

COLISEU PORTO
5 e 6 Abril

C C B
9 a 12 Abril

Bilhetes à venda WWW.TICKETLINE.SAPO.PT e nos locais habituais
Informações e Reservas Ligue 1820 (24h)

POBRE MILIONÁRIO de FRANCIS VEBER

com MIGUEL GUILHERME, RUI MELO, NUNO MELO, RITA LOUREIRO,
MARIA JOÃO ABREU, RITA CALÇADA BASTOS e SINDE FILIPE

ENCENAÇÃO: José Wallenstein TRADIÇÃO: Ana Sampaio CENÁRIO: F. Ribeiro PRODUÇÃO: Dino Alves
MISÉRIE: Nuno Rebelo SECÇÃO DE CENAS: Jorge Ribeiro ALIQUOTAS DE ENCENAÇÃO: Maria Luiza

ATÉ 27 ABRIL

Bilhetes à venda WWW.TICKETLINE.SAPO.PT e nos locais habituais Informações e Reservas Ligue 1820 (24h)